

“Quarto de despejo: Diário de uma favelada” e Teoria Queer

Liliane Lima de Souza; Francisco Leandro de Assis Neto; Francisco Felipe Paiva Fernandes

Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: lilianelima97@hotmail.com; Universidade Estadual da Paraíba, leandroassis.uepb@gmail.com; Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: fellipaiva@hotmail.com

Resumo: O modelo educacional vigente no Brasil, especificamente no que tange ao ensino de literatura no ensino básico, tende a abarcar em seus currículos um plano pedagógico elitizado que abrangem em sua maioria os cânones literários, clássicos e/ou literatura reproduzida pela classe dominante, não incluindo as ditas literaturas marginais. No entanto, é importante ressaltar que a aproximação da realidade dos estudantes com o que é transmitido no contexto escolar contribui para aprendizagem, e, conseqüentemente, para a reflexão sobre problemas do cotidiano. Diante desse quadro, o presente trabalho tem como objetivo discutir as questões de gênero que se apresentam na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” a partir do aporte teórico da Teoria Queer. Pretende-se discutir a importância da inserção da Literatura Menor no âmbito escolar uma vez que esta é dotada essencialmente de caráter político e de agenciamentos coletivos de enunciação, assim como discutir a construção do gênero feminino na favela retratada por Carolina e as questões que esta levanta sobre as implicações de uma política representativa. A obra em questão se apresenta como uma literatura que nos auxilia a recuperar a dimensão política e histórica da literatura e vislumbrá-la como uma das práticas discursivas da sociedade, em seu corpo é possível destacar as características de deslocamento provocado por uma descaracterização cultural, isto é, um processo de marginalização de determinado grupo; ramificação do individual para político; e o agenciamento coletivo sobre aquilo que é narrado. Um dos enunciados que os enquadramentos narrativos apontam diz respeito às relações de gênero presente nos entrelaçamentos dos personagens. Nesse contexto, a narrativa de Carolina de Jesus nos possibilita um estudo acerca das estruturas de poder que constituem a identidade da mulher negra, da favela, que em muito se diferencia da mulher branca, classe média da cidade.

Palavras-chave: Teoria Queer, literatura, gênero.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Telexa (2016) há um distanciamento entre as teorias de ensino, as propostas curriculares e o cotidiano escolar, havendo então uma desarmonia com as instituições educacionais e a ação. De acordo com a autora, a grade curricular do ensino de literatura no nível básico das escolas públicas tendem a abarcar os cânones literários, clássicos e/ou literatura reproduzida pela classe dominante, não incluindo as ditas literaturas marginais.

No entanto, é importante pontuar que a realidade dos estudantes dentro do contexto escolar contribui para a sua aprendizagem, e, conseqüentemente, para a reflexão sobre problemas do cotidiano, de modo que as questões sociais dos alunos devem ser contempladas na grade curricular (TELEXA, 2016). Telexa (2016) aponta que a

escrita de Carolina torna possível discutir a importância da cultura negra no Brasil, além de, por se tratar de um diário e a escrita apresentada trazer registros da oralidade, torna-se um objeto fecundo para se trabalhar o preconceito linguístico em sala de aula.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem como objetivo discutir as questões de gênero que se apresentam na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” a partir da Teoria Queer. Pretende-se discutir a importância da inserção da Literatura Menor no âmbito escolar uma vez que esta é dotada essencialmente de caráter político permitindo discutir a construção do gênero feminino na favela retratada por Carolina e as questões que esta levanta sobre as implicações de uma política representativa.

“Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960) é uma edição dos diários de Carolina Maria de Jesus, nascida em Sacramento, Minas Gerais, em mil novecentos e quatorze. Foi empregada doméstica em São Paulo, onde posteriormente passou a catar papel e outros materiais para sobreviver. Foi descoberta pelo repórter Audálio Dantas, que em trabalho para realizar uma reportagem sobre a favela do Canindé, descobriu que a favela escrevia um diário. Moradora da Favela do Canindé, ela aborda a dura realidade dos favelados na década de cinquenta, “ela catava papel para sobreviver, mas também catava palavras e as colocava em um diário. Faltava-lhe o feijão, faltava-lhe o pão, mas não lhe faltavam palavras para jogar nas folhas de papel” (TELEXA, 2016, p.10).

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visão essencialista sobre o texto literário ofuscou por algum tempo o entendimento da literatura como prática cultural na sociedade moderna. Nesse contexto, o conceito de “literatura menor” nos auxilia a recuperar a dimensão política e histórica da literatura e vislumbrá-la como uma das práticas discursivas da sociedade (BATALHA, 2013). De acordo com Deleuze e Guatarri (1977) a Literatura Menor possui três características primordiais: desterritorialização da língua; ramificação do individual no imediato-político; e o agenciamento coletivo de enunciação.

O coeficiente de desterritorialização implica um deslocamento provocado por uma descaracterização cultural, em função do espaço e da língua, operada por grupos que se encontram em determinado recorte histórico submetidos a um processo de marginalização (BATALHA, 2013). O cenário em que se passa a narrativa, favela

do Canindé que se expandia na beira do rio Tietê, traz elementos de um povo segregado da cidade, à margem da população,

“As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 1960, p. 33)

“Quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, pobres, somos os trastes velhos” (JESUS, 1960, p.171) .

A segunda característica das literaturas menores é que tudo nelas é de caráter político. Enquanto que nas “grandes” literaturas os casos individuais tendem ao encontro de outros semelhantes, de modo que o aspecto social se coloca enquanto plano de fundo, na Literatura Menor cada caso individual remete à política devido ao seu espaço de pequenas dimensões. Em outras palavras, o triângulo familiar implica não apenas a fantasia edipiana, mas, sobretudo, sua comunicação com fatores políticos, comerciais, econômicos, jurídicos, entre outros, que determinam os valores das relações familiares. A fome, por exemplo, é um aspecto que aparece no texto com frequência tão grande e marcante que adquire cor na narrativa de Carolina, Amarela. Em sua rotineira busca de sobrevivência no lixo da cidade, ela descobre que até as coisas mais belas que pode contemplar no mundo, o céu, as árvores, as pessoas, ficam amarelas quando a fome atinge o nível insuportável. Sua jornada pela sobrevivência denota não apenas sua experiência singular, mas da vida dos moradores da favela, Carolina escreve “todas as lembranças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana” (p.20), na sua narrativa em um cenário de exclusão, dificuldades, fome e luta por sobrevivência, “os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos” (JESUS, 1960, p.37).

A terceira característica é que tudo adquire valor coletivo, “não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de enunciação” (DELEUZE; GUATARRI, 1977, p. 28), pois o campo político impregna o enunciado. Literatura Menor implica um contexto de marginalização, desvalorização, de invisibilidade presente na vida exterior e em vias de desagregação, sendo a literatura a ferramenta de enunciação coletiva, até mesmo revolucionária, e “se o escritor está à margem ou afastado de sua frágil comunidade, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir outra comunidade potencial, de forjar meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade” (DELEUZE; GUATARRI, 1977, p. 27). Carolina aponta: “aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver,

mas quem manifesta o que sofre é só eu, e faço isso em prol dos outros” (JESUS, 1960, p.32).

“A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia.
... Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 1960, p.35).

Carolina em Quarto de despejo ultrapassou os limites da narrativa individual e deu voz à coletividade miserável e anônima que habita os barracos e vãos das pontes nas grandes cidades brasileiras. A partir da narração do seu dia-a-dia acabou traçando um painel variado da vida dos favelados e sua luta para sobreviver, com a linguagem simples e objetiva, atingiu momentos de grande lirismo e força expressiva, escrevendo-se na literatura brasileira (JESUS, 1960, p. 169)

Nesse contexto, um dos enunciados que os enquadramentos narrativos apontam diz respeito às relações de gênero presente nos entrelaçamento dos personagens. O entendimento de como o termo “gênero” foi utilizado na história perpassa pelas trajetórias feministas e de mulheres. O movimento social denominado feminismo é concebido por alguns estudiosos como classificável em duas “ondas”, a primeira se inicia no final do século XIX e têm como discussão as reivindicações nos direitos políticos das mulheres, tal como o direito ao voto. A segunda onda surge após a Segunda Guerra Mundial, e tem como foco de discussão as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado, entendido como poder dos homens na subordinação das mulheres, sendo nesta segunda onda em que a categoria de “gênero” foi criada (TELEXA, 2016).

Nesse contexto Butler (2015) lança crítica ao modo como o movimento feminista veio tomando em seu seio a concepção de mulher, ela aponta que a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que além de deflagrar os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, também constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. No entanto, política e representação são termos delicados, pois, se por um lado representação serve como termo operacional político para estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos, por outro, se apresenta enquanto função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido enquanto verdadeiro na categoria de mulheres (BUTLER, 2015).

Desse modo, Butler (2015) aponta a necessidade de uma crítica feminista que envolva discussões acerca de como a categoria das “mulheres”, sujeito do feminismo, é produzida e

reprimida pelas mesmas estruturas de poder pelas quais se busca emancipação.

Nesse quadro, um dos problemas políticos que o feminismo esbarra é a suposição de que o termo “mulheres” denota uma identidade comum. Assim, a ideia de haver uma base universal para o feminismo acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, apoiada na estrutura universal e/ou hegemônica da dominação do patriarcado.

Com efeito, a insistência na idéia de uma categoria homogênea e estável de um sujeito no feminismo geram múltiplas recusas a essa categoria. Essa exclusão revela o caráter coercitivo e reguladores dessa construção, mesmo quando esta é realizada com fins emancipatórios. Dessa forma, acaba por ocorrer uma fragmentação no interior do movimento feminista e um limite a essa política de identidade.

“A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais” (BUTLER, 2015, p. 21).

Dessa forma, Butler (2015) aponta que determinar as operações políticas que produzem e ocultam o que se qualifica enquanto sujeito do feminismo é tarefa da genealogia feminista da categoria de mulheres. Pois, é problemático estender representação a sujeitos cuja constituição se dá a partir da exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas do movimento, quando a representação se torna o único foco da política acaba-se por se afirmar relações de dominação e exclusão de sujeitos. A representatividade política da mulher é insuficiente para representar essa categoria, pois o gênero não é estável, é múltiplo. Butler (2015), a partir do método genealógico, não busca em seus escritos demonstrar as origens do gênero, sua verdade ou essência, mas empenha-se em estudar as engrenagens políticas que através de instituições, práticas e discursos produzem identidades e consequentemente produzem o gênero.

Para a autora o gênero é uma contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetitivos no interior de um quadro regulatório altamente rígido e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir uma aparência de substância. A performatividade, nesse contexto, é a fabricação de naturezas e verdades sobre os modelos heteronormativos hegemônicos, não é um ato singular, isolado, ela é sempre a repetição de um conjunto normativo, e a medida em que se naturaliza, ela oculta ou dissimula sua gênese. Diante desse quadro, Quarto de Despejo, nos traz à cena a questão racial, a relação entre homens e mulheres e a violência presente nelas, e, o lugar da criança nesse cenário.

Nesse contexto, a narrativa de Carolina de Jesus nos possibilita um estudo acerca as estruturas de poder que constituem a identidade da mulher negra, da favela, que em muito se diferencia da mulher branca, classe média da cidade. Marcada por segregação racial, de gênero além da desigualdade social sinalada pela pobreza, cabe questionar as engrenagens que permitam pensar na articulação dessa variedade de fatores na construção do gênero e entender o fenômeno discriminatório que é construído performativamente. Telexa (2016) aponta que as mulheres negras são colocadas dentro de estruturas de poder de maneiras diferentes das mulheres brancas, logo as negras carregam cargas múltiplas, marcas que fazem sofrer discriminação, levando a uma divisão racial que enfraquece as ideias feministas, porque as mulheres negras sofrem racismo. Carolina relata:

.... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

- é uma pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde poe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.

.... um dia um branco disse-me:

- se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas nem o branco nem o preto conhece sua origem.

O branco diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? (JESUS, 1960, p. 58)

Nesse panorama, a Teoria Queer problematizando noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência e identificação, pode se apresentar enquanto ferramenta teórico-conceitual para questionar sentidos cristalizados na sociedade também sobre raça, tomando-a enquanto uma construção social, discursiva e performativa, tal qual o sexo e gênero (LOURO, 2001)

Foucault (2014) aponta que a linguagem tem papel fundamental nos processos de identificação e subjetivação, de modo que os modelos a serem seguidos não são internalizados pelos sujeitos, mas sim incorporados. Dessa forma, o poder não é exercido de forma coercitiva pelo sujeito, e sim de forma dialética e produtiva, dinamizando, então, os processos de alteridade. Assim, a constituição performativa das identidades de gênero é realizada pelo feixe de discursos que buscam atingir uma natureza e verdade do sexo/gênero, gerando identidades coerentes a uma matriz heteronormativa e monogâmica, que relaciona obrigatoriamente as oposições assimétricas “feminino” e “masculino” compreendidos em “fêmea” e “macho” respectivamente.

Dentro desse quadro algumas características correspondentes aos gêneros nessas posições simétricas são incorporados pelo sujeito desde cedo, de modo que se naturalizam. Quarto de despejo nos mostra um enquadramento de mulheres frequentemente subordinada a seus maridos, ao passo em que estes fazem uso de violência constante para com suas esposas. Além disso, tratando-se de Carolina que é mãe solteira, há frequente estranhamento por parte das outras mulheres e dos homens da comunidade, sobretudo pelos desvios que ela traça ao padrão estabelecido das mulheres na favela, “um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para meu ideal” (JESUS, 1960, p. 44). Ademais, um dos pontos que Carolina evidencia são a posição das crianças nas relações sociais dentro da favela e o processo de naturalização de algumas situações que são apresentadas a elas que contribuem para a manutenção de um discurso pejorativo acerca das mulheres e seu corpo, bem como o enaltecimento da violência masculina:

“Quando eu era menina, o meu sonho era ser homem para defender o Brasil, por que eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe: - porque a senhora não faz eu virar homem ?

“O pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar, sai nua para a rua. Quando começa as brigas os favelados deixam seus afazeres para presenciar os bate-fundos. De modo que quando a mulher sai correndo nua é um verdadeiro espetáculo para o Zé Povinho. Depois começam os comentários entre as crianças:

- Fernanda saiu nua quando o Armim estava lhe batendo.

- eu não vi. Ah, que pena!

- e que jeito é a mulher nua?

E o outro para citar-lhe aproxima-lhe a boca do ouvido. E ecoa-se as gargalhadas estrepitosas. Tudo que é obsceno pornográfico o favelado aprende com rapidez.

... tem barracões de meretrizes que praticam cenas amorosas na presença das crianças” (JESUS, 1960, p. 40).

Nesse sentido, percebemos que o efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de uma identidade permanente. Assim, desloca-se a noção de gênero para uma temporalidade social constituída e, portanto, que está aberto a cisões (BUTLER, 2015).

Tratando-se das relações de poder que é enfaticamente marcado enquanto discursos que regem os gêneros simétricos numa situação de dominação-subordinação na obra, cabe pontuar que o poder se apresenta a partir de práticas e relações, ele funciona como uma maquinaria

social que não está localizada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social.

Esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser travadas de fora, de outro lugar, pois nada está isento dele, qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder. Assim, onde há poder, há resistência, e, portanto, não há um lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem pela estrutura social (FOUCAULT, 2013).

Dessa forma, pensar uma Teoria Queer no contexto da educação e dos currículos pedagógicos se distingue de pensar programas multiculturais bem intencionados onde as diferenças são toleradas ou apreciadas como exóticas. Um currículo queer estaria voltado para o processo de produção das diferenças, atentando para a precariedade de todas identidades, colocando em questão a forma como o “outro” é constituído, levando a questionar as estreitas relações do eu com o outro. Assim, a diferença deixaria de estar alheio ao sujeito, no outro lado, e seria compreendida como indispensável para existência do próprio sujeito. Dirigindo-se para os processos que produzem as diferenças, e não elas em suas formas já acabadas, o currículo apontaria para o jogo político implicado, ao invés de apenas contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível atentar para as disputas, conflitos e negociações das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2001).

Louro (2001) aponta que a reviravolta epistemológica provocada pela teoria queer extrapola as discussões sobre a sexualidade e provoca e perturba as formas convencionais de pensar e conhecer. Assim, uma educação e um currículo queer teriam de ser subversivos e provocadores, teriam de fazer mais do que incluir temas ou conteúdos queer, ou mais do que adequar um ensino para sujeitos queer, “uma pedagogia queer desloca e descentra; um currículo queer é não-canônico” (PINAR, 1998, p3 apud LOURO, 2001, p551).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro, apontamos a utilização desse tipo de literatura enquanto ponto de resistência dentro dessas relações de poder. Esta pode contribuir para a formação crítica do leitor sobre questões sociais e políticas que lhe afetam e frequentemente se distanciam do que é abarcado pela grade curricular que, privilegiando os cânones da literatura, retratam uma realidade destoante das suas. Assim, é pertinente a abertura a abordagens que insiram a discussão de problemáticas sobre gênero, raça e preconceito, que foi por muito tempo

silenciado e que frequentemente lhes é apresentado a partir de uma política representativa que não abarca questões singulares dos diversos contextos que compõe a realidade brasileira. Nesse sentido, uma abordagem a partir da Teoria Queer pode favorecer uma mudança nas práticas educativas a partir de uma política pós-identitária para educação.

4. REFERÊNCIAS

BATALHA, Maria Cristina. O que é uma literatura menor? **Revista Cerrados**. Brasília, v. 22, n. 35, p.113-134, 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/issue/view/933>> Acesso em 10 jul 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE; Gilles. GUATARRI, Félix. **Kafka: Por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26ª Ed. São Paulo: Graal, 2013.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento das prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Edição Popular, 1960. 173p

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Set 2017.

TELEXA, Lúcia Isabel dos Santos. **Quarto de despejo; diário de uma favelada: Carolina vai à escola**. 2016. 66 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.